

SERVIDOR

GDF não tem verbas para o 13º

Por falta de verbas e impossibilidade de qualquer tipo de «repasse» da União, o GDF dificilmente irá beneficiar seus servidores com o 13º Salário, mesmo que a medida seja adotada — como certamente será — pelo governo federal, ainda este ano, segundo alta fonte do governo.

Já a questão dos reajustes semestrais para os funcionários públicos estatutários e celetistas, está na dependência da disponibilidade de verba por parte do governo federal. Sabe-se que o diretor geral do DASP, José Carlos Freire, encampou a reivindicação dos funcionários e encaminhou o problema para as chamadas áreas econômicas.

A concessão do 13º salário no caso de outros Estados é praticamente certa. Os estudos realizados pelo DASP dão conta de que a medida, beneficiando não só os funcionários ativos, tanto civis como militares, mas também os inativos, acarretará numa despesa de 8,8 bilhões de cruzeiros. Hoje, é consenso no governo que o benefício tem que ser dado, até mesmo por uma questão política. A única dúvida, e que tem sido o motivo dos estudos que vêm sendo realizados, é de onde retirar toda esta verba.

DISTRITO FEDERAL

Porém, alta fonte do governo federal garante que este ano dificilmente o benefício será encampado pelo governo do Distrito Federal por um motivo simples: faltam verbas. Não há sequer a possibilidade de que qualquer remanejamento ou repasse da União para o GDF.

Ciente disto, e sem querer adotar uma posição de «omisso», o governo do Distrito Federal vem realizando estudos em buscas de formas concretas para minimizar «a situação aflitiva de seus funcionários». Uma das formas que poderá ser adotada — mas frise-se bem, tudo ainda está no campo dos estudos de viabilidade — poderá ser a «dinamização do Plano de Classificação de Cargos do GDF», como já foi anunciado pelo Secretário de Administração, José Arocha em entrevista publicada ontem pelo **Jornal de Brasília**. Arocha apontou as progressões e ascensões funcionais como uma maneira de melhorar os níveis salariais dos funcionários do GDF.

REAJUSTES

A mesma fonte do governo federal garante, por outro lado, que o governo não está indiferente às reivindicações do funcionalismo em geral no sentido de também serem incluídos no novo projeto de política salarial que prevê reajustes semestrais para os salários. O problema já foi encampado pelo Diretor Geral do DASP, José Carlos Freire, que, pelo que se sabe, encaminhou-o ao presidente da República numa de suas últimas audiências. Estudos do DASP revelam inclusive que, adotando-se a medida, o acréscimo da folha de pagamento será mínimo (caso o índice anual seja de 50%, o pagamento de 25% em duas vezes acarretará um acréscimo de pouco mais de 6%).

O ministro da Fazenda já se pronunciou a respeito informando que a questão vem sendo estudada. Lideranças oficiais também já se pronunciaram lembrando que o governo não está omisso ao problema. Porém, ainda não foi adotada nenhuma decisão a respeito e, pelo que se tem notado, a movimentação que vem sendo feita pelos funcionários públicos em geral é uma das principais justificativas políticas para que o governo encontre uma saída para o problema.

PROFESSORES

O Conselho de Política de Pessoal do GDF estará estudando, em suas próximas reuniões, o processo sobre a criação do Grupo Magistério, segundo se cogita na Fundação Educacional do Distrito Federal. A mesma fonte informa que há grandes possibilidades de que o CPP dê parecer favorável ao assunto, de modo a encaminhá-lo na próxima semana ao governador Aimé Lamaison, para que seja decretada sua instalação.

O Grupo Magistério virá, conforme já lembrou a secretária Eurides Brito, da Educação e Cultura, corrigir uma das falhas de regulamentação do magistério, podendo eliminar os conceitos de Classes A, B, C. A nova política irá beneficiar os professores estatutários do Distrito Federal que, com a criação, há alguns anos, da Fundação Educacional, ficaram marginalizados do processo de reclassificação, havendo casos de docentes que se aposentam com vencimentos equivalentes aos de um professor em início de carreira.

A fonte assegura ainda que «o governador Lamaison não guarda ressentimentos do professorado», devido à greve realizada no início deste ano, não havendo, aparentemente, razões para veto do projeto de decreto.